

# RESUMOS DE E DISS

---

RESUMOS DE TESES  
E DISSERTAÇÕES

## **O RENASCER DE VÊNUS: PROSTITUIÇÃO, TRABALHO E SAÚDE EM TEMPOS DE SIDA (BELÉM-BRASIL E LISBOA-PORTUGAL)**

Luis Junior Costa Saraiva

Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com especialidade em Antropologia Cultural e Social. Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

A tese aborda questões referentes à saúde em tempos de HIV/AIDS, em dois contextos de prostituição: Brasil e Portugal. No Brasil, a pesquisa ocorreu em Belém-Pará, em quatro diferentes áreas de prostituição: *Jurunas*, *Locomotiva*, BR-316, com destaque para uma das áreas denominada *Riachuelo*, sendo esta um local de prostituição de rua e com índices de vulnerabilidades ampliados pelas precárias condições de trabalho. Em Portugal, a pesquisa ocorreu em Lisboa, na área do *Intendente*, local com características de áreas de prostituição de “fim de linha” e, também, com índices elevados de vulnerabilidade ao HIV/AIDS e condições laborais destrutivas para a saúde das trabalhadoras do sexo. A seguir apresento de forma sucinta as questões abordadas no trabalho.

O primeiro capítulo situa algumas das formas como o tema prostituição e saúde foi tratado, seja a abordagem da prostituta como vítima ou como culpada pela transmissão de doenças (no passado a sífilis e hoje o HIV/AIDS) ou ainda a perspectiva que analisa a prostituição como um trabalho. Ao refletir sobre a prostituição como trabalho e via

referenciais analíticos da epidemiologia crítica latino-americana busco avançar e pensar as especificidades do espaço laboral e os diferentes processos destrutivos presentes no referido contexto.

O segundo capítulo mostra os processos de medicalização e criminalização vivenciados tanto no contexto de Lisboa, em Portugal, como de Belém, no Brasil, os quais vão se materializar na criação de Decretos-Leis e do controle vivenciado pelas trabalhadoras do sexo ao longo do século XX, com destaque para a criação das casas de recuperação de prostitutas, as quais tinham como principal política regenerar e punir tais mulheres.

No capítulo terceiro analiso a atuação de uma instituição religiosa em Lisboa e uma ONG no Brasil, escolhidas porque ambas trabalham com a prostituição e percorrem trajetórias que compreendem a intervenção junto às trabalhadoras do sexo em tempos de HIV/SIDA, mas com especificidades diferenciadas nas políticas de intervenção.

O quarto capítulo analisa os discursos das próprias trabalhadoras do sexo sobre a sua atividade, algo que para algumas é trabalho, mas, também, pode ser considerado crime. São percepções que de forma alguma podem ser ignoradas, pois apresentam reflexo nas questões laborais e por sua vez para a saúde. Os capítulos cinco e seis apontam a relação entre condições laborais e saúde, tratando a vulnerabilidade ao HIV/AIDS, tendo como argumento central a idéia de que melhorias laborais no espaço de prostituição são fundamentais para gerar melhores condições de saúde às trabalhadoras.

O trabalho utiliza-se de abordagem antropológica, mas faz breves incursões no campo da história sobre o tema prostituição, visando contemplar questões referentes à saúde pública nos contextos de Brasil e Portugal em tempos de HIV/AIDS. Acredito que a importância do trabalho reside na busca de diálogo entre contextos locais e globais, marcados por problemas sociais graves, que tornam o cotidiano das trabalhadoras de sexo perigoso, fato presente tanto no contexto português, como no brasileiro, tanto em relação à prostituição, como ao HIV/AIDS.

### **AÇÕES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA: UMA PROPOSTA PARA A AMAZÔNIA**

Carla Gilbertoni

Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, MAE/USP, 2009.

A questão central abordada por esta tese é o delineamento dos princípios estruturadores das ações de educação patrimonial no âmbito da arqueologia preventiva.

No contexto da disciplina nota-se um crescimento expressivo de ações e reflexões que sinalizam um movimento de aproximação entre conhecimento arqueológico e sociedade. Este direcionamento deve-se, em grande medida, ao desenvolvimento da legislação nacional referente ao patrimônio arqueológico.

Inicialmente este caminho foi trilhado por importantes intelectuais como Cas-

tro Faria, Loureiro Fernandes e Paulo Duarte e a partir de parâmetros apontados pelas experiências embrionárias realizadas no âmbito, principalmente, das instituições museológicas.

Assim, a pesquisa foi estruturada, a partir da apresentação de três campos do conhecimento – arqueologia pública, musealização da arqueologia e educação patrimonial – que desenvolvem reflexões acerca da aproximação arqueologia – sociedade.

A partir do contexto histórico que revela esta aproximação e dos referenciais teórico-metodológicos dos campos citados, apresento um modelo de atuação no contexto da arqueologia preventiva: O *Programa de educação patrimonial do projeto de levantamento arqueológico do gasoduto Coari-Manaus (AM)*. As ações planejadas para a execução deste programa foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva processual e sistêmica com vistas a discutir como os estudos arqueológicos vêm contribuindo com as discussões sobre o processo de ocupação da região amazônica e seu equilíbrio ambiental.

O desenvolvimento do Programa, supracitado, direcionou-se a princípio aos agentes multiplicadores, que atuam nos sete municípios localizados na área compreendida pela obra, por meio de cursos, produção de material didático e publicação. Durante sua realização e após seu término foi possível dar continuidade e expandir as ações educacionais a partir de outros projetos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos na região.

A tese estrutura-se em cinco capítulos, além da introdução e conclusão. No

capítulo 1, *Arqueologia e sociedade: aproximação via instituições museológicas e legislação patrimonial*, aponto como as pesquisas arqueológicas desenvolveram-se no âmbito das instituições museológicas. Após um período de ruptura, propiciado pelo surgimento das universidades, há um retorno para os museus, principalmente pelo respaldo no gerenciamento do patrimônio arqueológico, constituído, em grande medida, pela dinamização imposta pelos projetos de levantamento arqueológicos, vinculados aos estudos de impacto ambiental (obrigatoriedade Legal designada pela Política Nacional do Meio Ambiente). Este capítulo buscou evidenciar a origem das discussões que levaram a esta conformação legal, bem como apresentar ações desenvolvidas em algumas instituições museológicas brasileiras que, desde o final da década de 1970, desenvolvem ações com vistas à divulgação do conhecimento arqueológico.

No capítulo 2, *Arqueologia e sociedade: discussões a partir da perspectiva da arqueologia pública, musealização da arqueologia e educação patrimonial*, o objetivo é mapear, no universo desses três campos do saber, princípios, fundamentos teóricos e estratégias metodológicas que podem estar na base do desenvolvimento das ações de educação patrimonial vinculadas às pesquisas arqueológicas. A aproximação proposta se justifica a partir de uma perspectiva transdisciplinar.

No capítulo 3, *Análise de programas de educação patrimonial vinculados a projetos de arqueologia preventiva*, apresento três programas de educação patrimonial realizados no âmbito da arqueologia preventiva.

São eles: 1) *Educação Patrimonial na área do Projeto Serra do Sossego* – Canaã dos Carajás (PA); 2) *Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar*, material produzido no contexto da obra da Eletrosul nos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul (SC) e 3) *Ação Educativa do Museu Arqueológico de Xingó: O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu* (SE). Estas foram as ações selecionadas por representarem diferentes regiões do país e, como consequência, uma diversidade cultural que demandou o desenvolvimento e utilização de diferentes estratégias metodológicas. Cabe destacar que a intenção principal deste capítulo foi pontuar as relações estabelecidas entre as arqueologias “preventiva” e “acadêmica”, em relação à socialização da produção científica, constituída pelos estudos arqueológicos.

No capítulo 4, *O Programa de Educação Patrimonial no Projeto de Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus (AM)*, apresento as estratégias metodológicas que balizaram seu desenvolvimento. Foram elas: curso de extensão universitária Arqueologia Amazônica no contexto educacional; guia temático – *Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus (AM)*; e *kit de objetos arqueológicos*. Pontuo questões relativas à categoria patrimônio e alguns princípios educacionais que fundamentam meu trabalho.

No capítulo 5, *O Centro de Arqueologia do Bioma Amazônia: propostas para o desenvolvimento de ações educacionais*, indico as ações educacionais que já se configuram como desdobramentos do programa

acima referido e proponho, em caráter de projeto, uma estrutura para a área de educação no Centro de Arqueologia do Bioma Amazônia.

### **A CRONOLOGIA DOS SÍTIOS LAGO DO IRANDUBA E LAGUINHO À LUZ DAS OCUPAÇÕES HUMANAS PARA A AMAZÔNIA CENTRAL**

Marcio Walter de Moura Castro

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

Esta dissertação descreve as atividades realizadas durante duas etapas de escavações em 2006 e 2007 nos sítios Lago do Iranduba e Laguinho, ambos localizados no município de Iranduba (AM), e apresenta os resultados e conclusões oriundas desta pesquisa. Buscou-se, desde a primeira intervenção, compreender os padrões de uso, ocupação e abandono dos sítios, além de estabelecer uma cronologia baseada em datações relativas e absolutas.

As pesquisas realizadas pelo PAC (Projeto Amazônia Central) em sítios na região sugerem um ápice demográfico da ocupação humana pré-colonial na Amazônia central ao fim do primeiro milênio DC. Confirmar esse clímax ocupacional nos sítios Lago do Iranduba e Laguinho é o principal objetivo desta pesquisa. Para testar esta hipótese, investigamos as informações contidas no material cerâmico, sobretudo diagnosticando-o em relação às fases já estabelecidas para a região. Interpretamos também as fei-

ções e montículos como correlatos materiais destas ocupações humanas. Sugerimos nesta dissertação um método de classificação das feições baseada em seu conteúdo, morfologia e volume, que gerou uma tipologia; e calculamos o volume dos grandes montículos do sítio Laguinho para discorrer sobre sua monumentalidade e criar quadros hipotéticos sobre o esforço humano envolvido em sua construção.

Nesta pesquisa identificamos duas ocupações humanas no sítio Lago do Iranduba, relacionadas às fases cerâmicas Paredão e Guarita. No sítio Laguinho foram identificadas três ocupações distintas, relacionadas à cerâmica das fases Açutuba, Paredão e Guarita. Através das datações absolutas e relativas e da interpretação do registro arqueológico confirmamos a hipótese do apogeu demográfico, ocorrido no fim do primeiro milênio na Amazônia central, por grupos fabricantes da cerâmica Paredão. Ocupação humana responsável pelas principais modificações da paisagem, representadas na construção dos grandes montículos e da maior parte das feições no sítio Laguinho.

### **NIMUENDAJÚ REVISITADO: ARQUEOLOGIA DA ANTIGA GUIANA BRASILEIRA**

João Aires da Fonseca

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

O presente trabalho é um esforço metodológico ao tentar aplicar um mode-

lo arqueológico preditivo em sítios do Amapá conhecidos como Alinhamentos de Pedra. Após serem feitas as análises de documentos históricos da década de 1920 e das pesquisas realizadas na década de 1940, juntamente com os levantamentos feitos pelo Museu Goeldi em 2005, foi possível testar em campo o modelo preditivo proposto. Para a sua construção foram utilizadas também as discussões sobre os processos de formação do registro arqueológico e o teste de hipóteses já levantadas sobre estes sítios oriundas desde as primeiras pesquisas em fins do século XIX. Os resultados alcançados, apesar de incipientes, permitiram um panorama da história da arqueologia amazônica e a avaliação que o uso de tecnologias como o Sistema de Informação Geográfica (SIG) podem trazer como resultados positivos para a pesquisa arqueológica na região.

### **LAR, DOCE LAR? ARQUEOLOGIA TUPI NA BACIA DO JI-PARANÁ (RO)**

Daniel Gabriel da Cruz

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, MAE/Universidade de São Paulo, 2009.

O trabalho intitulado “Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)” refere-se ao estudo de seis sítios arqueológicos resgatados na bacia do Ji-Paraná, durante a execução do projeto “Arqueologia Preventiva na expansão do Sistema de Transmissão Acre – Rondônia; Sub-Projeto I: Salvamento

Arqueológico na LT 230KW Ji-Paraná – Pimenta Bueno – Vilhena (RO)”, realizado pela Scientia Consultoria Científica no ano de 2006.

As áreas de cabeceiras da bacia do Madeira são tidas como importantes pontos referenciais para diversas questões da arqueologia contemporânea, tais como a domesticação de cultígenos (mandioca, pupunha e amendoim), a incipiência da formação de terras pretas, a ausência de hiatos de ocupações humanas nos últimos 9.000 anos e o ponto inicial de dispersão de grupos de fala Tupi.

Os dados arqueológicos aqui utilizados consistem basicamente na documentação cerâmica encontrada nestes sítios, em área já caracterizada por Eurico Miller como um mosaico de ocupações, com cerâmica associada à tradição Tupiguarani.

As hipóteses arqueológicas a respeito das origens Tupi nesta região são oriundas de pesquisas linguísticas. Essas pesquisas apontam para a região a maior diversidade de famílias dentro do tronco, o que evidenciaria uma maior profundidade temporal destes grupos na área. Portanto, tomando-se como pressuposto que os testemunhos arqueológicos da bacia do Ji-Paraná são correlatos materiais dos grupos Tupi etnograficamente conhecidos na região, trata-se de um estudo da cerâmica Tupi de grupos não Tupi-Guarani.

Este dado é fundamental para a compreensão do propósito deste trabalho. A cerâmica Tupiguarani, tal como é conhecida, consiste em um correlato material de grupos falantes do Tupi-Guarani (que é uma das nove famílias

do Tronco Tupi, porém é a única encontrada fora dos limites amazônicos).

Linguagem e cultura material consistem em estruturas de longa duração e estão inter-relacionadas dentro da estrutura social de todos os grupos humanos. Portanto, a partir do estudo destas duas fontes, é possível inferir acerca das continuidades e rupturas das unidades, dentro de uma estrutura maior. No caso, as famílias como unidades e o tronco Tupi como estrutura.

### **UMA ALDEIA GUARANI QUE NÃO TERIA EXISTIDO: CONFLITO SOCIO-AMBIENTAL NO SUL BRASILEIRO**

Carolina Schneider Comandulli

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Londres, University College London, 2008.

A adoção de um modelo de exclusão como estratégia para a preservação ambiental, ao longo do século XX, em praticamente todo o mundo, provocou a expulsão de populações tradicionais dos territórios por elas ocupados imemorialmente. As populações, com frequência, empobreceram e tiveram o tecido social impactado pela prática. Apesar das críticas ao modelo, ele continua implementado como solução à conservação em várias partes do mundo.

A Constituição brasileira de 1988 garantiu aos povos indígenas o direito originário aos seus territórios tradicionais. Entretanto, os Guarani que habitam a Mata Atlântica, ao longo da costa brasi-

leira, têm disputado o direito a suas terras com unidades de conservação que se encontram sob proteção integral. A situação gera debates antagônicos entre instituições, organizações governamentais e não governamentais, sendo que algumas argumentam que os Guarani são ameaça ao meio ambiente, e outras pensam os Guarani como possíveis aliados na proteção à natureza.

A dissertação analisa o conflito deflagrado entre a demanda pela regularização da *Terra Indígena Guarani de Itapuã*, no hoje município de Viamão, no Rio Grande do Sul, e a existência do *Parque Estadual de Itapuã* a ela sobreposto. Atualmente, algumas famílias Guarani residem em um terreno de 24 hectares adjacente à Unidade de Conservação, sem acesso a mesma. Por um lado, os Guarani alegam que a área ocupada pelo Parque integra seu território tradicional. Por outro, os gestores ambientais do Estado responsáveis pelo Parque negam que a existência de população indígena residente na área quando da criação, em 1973, inclusive, o Plano de Manejo não menciona a presença Guarani no capítulo referente à História. Em negociações ocorridas entre 2003 e 2005 no Ministério Público Federal (MPF) em Porto Alegre, buscou-se a resolução do conflito de forma amistosa, com a proposição, pelos indígenas, de participação nas atividades de ecoturismo do Parque e a concessão de um local, no seu interior, para venda de artesanato. No entanto, nenhuma concessão foi feita pelo órgão ambiental responsável pelo Parque, alegando que, além de os indígenas não terem direito ao usufruto



da área, a presença dos Guarani ameaça a integridade ambiental da Unidade.

A investigação empreendida para a elaboração da dissertação busca compreender quais são os obstáculos que impedem o alcance de solução que beneficie tanto a sociodiversidade quanto a biodiversidade. Revisa-se, na pesquisa, a História da área do Parque para averiguar se os Guarani ali residiam quando da criação da unidade. Para atingir os objetivos, além de observação participante e redação de diário de campo, aplicou-se formulário estruturado entrevistando os Guarani residentes na aldeia vizinha ao Parque e também foram feitas entrevistas semi-estruturadas com representantes de diferentes grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente na disputa (gestores ambientais, ONGs, ambientalistas, indigenistas, MPF, entre outros). Buscou-se, assim, realizar uma etnografia do conflito socioambiental, identificando os diferentes interesses dos atores em disputa, mapeando suas relações e registrando os diversos pontos de vista. Na investigação histórica, as narrativas orais dos Guarani e ex-moradores não-indígenas da região revelaram-se eficazes em associação com a pesquisa em hemerotecas que possuem sob sua guarda jornais da época, o mapeamento participativo com GPS e a comparação de imagens aéreas da região.

A análise dos dados identificou três obstáculos principais à resolução conciliadora entre os diferentes atores. Primeiro, a adoção de uma visão preservacionista por parte dos responsáveis pelas políticas ambientais na região, defendendo a necessidade da existência

de áreas de conservação sem presença humana. Em segundo lugar, a ausência quase total de conhecimento sobre populações tradicionais por parte dos referidos agentes, detentores de discurso pautado em estereótipos, demonstrando que há distanciamento entre quem elabora a política ambiental e as populações que são afetadas por ela. Por fim, o terceiro obstáculo são as ambiguidades presentes na estrutura legal que regula os direitos indígenas e a proteção ambiental, com leis que por vezes se contradizem ou permitem interpretações dúbias, dificultando a interação institucional entre as esferas ambiental e indigenista. Comprovou-se, ainda, que os Guarani de fato residiam há décadas na área onde foi criado o Parque, e que a presença do povo indígena foi ignorada a princípio.

Os resultados da pesquisa podem ser generalizados, até certo ponto, para muitos outros conflitos de sobreposição em que a falta de diálogo e conhecimento se fazem presentes, especialmente na Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo, a combinação de técnicas de pesquisa empregada no estudo, no que diz respeito à investigação histórica da presença indígena na área, pode ser utilizada para dirimir dúvidas em casos semelhantes, uma vez que, com frequência, os povos indígenas são invisíveis aos interesses dos preservacionistas e deixam de ser documentados, e a presença de povos e populações tradicionais só pode ser desvendada via investigação de memórias e registros de imagens que revelem o passado.

Alguns meses após a finalização do

campo para essa pesquisa, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) publicou a Portaria no. 874 de 31.07.2008 constituindo um *Grupo de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas Itapuã, Morro do Coco e Ponta da Formiga*, respondendo à demanda Guarani que se arrastava há décadas. Atualmente (2009) o Grupo de Trabalho conclui o relatório.

### **ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA CENTRAL VISTA DE UMA PERSPECTIVA DA REGIÃO DO LAGO DO LIMÃO**

Claide de Paula Moraes

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, MAE/Universidade de São Paulo, 2007.

Neste trabalho, apresentamos os resultados obtidos com o levantamento, escavação e análise de material arqueológico provenientes de sítios na região do Lago do Limão, município de Iranduba – AM. Os dados obtidos após a identificação de 15 sítios arqueológicos são comparados aos trabalhos já executados na região, com vistas a responder algumas hipóteses criadas para interpretar o processo de ocupação da região amazônica antes da chegada dos europeus.

Em nossa proposta, os trabalhos de campo deveriam ser desenvolvidos de acordo com os métodos já utilizados no âmbito do Projeto Amazônia Central (PAC), seguindo uma metodologia básica desenvolvida no *Archaeological Research Center da University of Maine at Farmington*, e posteriormente adaptada

às condições ambientais da região Amazônica.

Nosso trabalho tem ênfase principal na coleta de dados no campo, daí a grande quantidade de resultados obtidos através da topografia, estratigrafia e observação da paisagem. As várias etapas de campo nos colocaram diante de toneladas de fragmentos de cerâmica; da descoberta de diversas construções antrópicas na paisagem, tais como montículos e currais de tartarugas; nos contextos mais específicos nos deparamos com sepultamentos, fogueiras, buracos de postes e pisos de casas que nos ajudaram a entender melhor a história da ocupação da Amazônia central.

Com base em trabalhos anteriores (Hilbert 1968, Donnati 2003, Machado 2005 e Lima 2005), bem como na análise de cerâmica de três sítios, foram definidos alguns tipos cerâmicos característicos das fases arqueológicas estudadas. Optamos pela eleição da forma como critério definidor do tipo, fazendo uma descrição das peculiaridades relativas à decoração, antiplástico, espessura, queima, cor, tipo e acabamento de lábio, que muitas vezes são fatores que diferenciam o material entre uma fase e outra.

No laboratório, depois de um grande investimento em análise de cerâmica, conseguimos definir melhor as características técnicas, morfológicas e decorativas, principalmente do conjunto artefactual relacionado à fase Paredão. Também pudemos discutir melhor o que pode ser o significado da grande variação de antiplásticos encontrados nas diferentes cerâmicas analisadas. Ainda com apoio nos dados da análise cerâmica esboça-

mos uma interpretação do mosaico de diferentes ocupações humanas encontradas na região estudada.

A partir dos dados obtidos apresentamos uma hipótese interpretativa para a chegada da cerâmica policrômica associada à fase Guarita (séculos IX a XV DC) na Amazônia Central, fato que acreditamos estar relacionado também ao surgimento da fase Paredão.

No campo identificamos algumas peculiaridades relacionadas à fase Paredão (séculos VII a XII DC), tais como construção de montículos artificiais e assentamentos em aldeias circulares. A identificação de aldeias circulares na Amazônia Central ajuda a entender melhor uma região onde no passado se disse impossível identificar as formas dos assentamentos em função das características do processo de formação dos sítios arqueológicos.

Aldeias circulares vêm sendo documentadas arqueológica e etnograficamente no Brasil Central, no Alto Xingu e no Caribe. Na região dos grandes rios da Amazônia os relatos de cronistas apresentam aldeias lineares às margens dos rios. No Brasil Central, as primeiras evidências de aldeias circulares são datadas ao redor de 800 DC e estão associadas às fases Aratu e Uru. No Caribe, aldeias circulares estariam presentes em ocupações associadas à fase Saladóide, datadas do século V AC, antigos ancestrais dos grupos Tainos, falantes de língua Arawak. Nosso trabalho ajuda a preencher essa lacuna na Amazônia.

As datações e os traços estilísticos da cerâmica sugerem um logo período de

interação entre a fase Paredão e Guarita. Poderia haver um processo de mudança ocorrendo dentro do grupo responsável pelos vestígios da fase Manacapuru (séculos IV a VIII DC) em função da chegada de povos produtores de cerâmica Guarita, mudando, entre muitas outras coisas, o modo de fazer cerâmica, levando ao material que hoje associamos à fase Paredão.

Alguns dados nos levam a considerar uma forte possibilidade de chegada de outro povo no período da fase Guarita. A distribuição da cerâmica policrômica Guarita e algumas outras fases com pequenas diferenças estilísticas, mas com muito mais semelhanças do que diferenças, pode ser vista desde as proximidades da foz do rio Madeira até o rio Napo. Principalmente as urnas funerárias são muito semelhantes. A fase Paredão, por outro lado, está concentrada nas proximidades de Manaus e apresenta alguns traços semelhantes com a cerâmica Konduri, e talvez também a de Santarém, cenário que poderia ser decorrente de escolhas de rotas diferentes de povos falantes dos troncos linguísticos Arawak e Tupi que se encontraram na Amazônia Central.